

Revista

5º CONGRESSO BRASILEIRO DE
GESTÃO DO **MINISTÉRIO PÚBLICO**

Gestão por Resultados

2014

Sumário

05 | *Promotoria Comunitária:
MP mais perto de você*



11 | *A experiência do acompanhamento de
custos no MPDFT*



14 | *Trânsito Seguro, Direito de Todos*



21 | **Projeto Estágio Cidadão**



26 | *O papel do MP na busca da autonomia
dos Conselhos de Saúde*



31 | *MPF na Comunidade:
transformação social no Amazonas*



35 | *Projeto institucional "MP Itinerante -
Ônibus da Cidadania"*



39 | *Projeto Vivendo e Aprendendo*





Projeto Estágio Cidadão

Marcos Antônio Ferreira das Neves¹
Mônica Rei Moreira Freire²

“O que uma pessoa se torna ao longo da vida depende de duas coisas: as oportunidades que tem e as escolhas que faz. Além de ter oportunidades, as pessoas precisam ser preparadas para fazer escolhas.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Este projeto nasceu do desejo de contribuir para a transformação social por meio de estímulo ao protagonismo juvenil. Consiste em uma prática instituída no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará e nas Promotorias de Justiça de todas as entrâncias situadas nos diversos municípios do Estado. Trata-se da oferta de estágio não obrigatório para alunos do Ensino Médio. Estudantes do primeiro ao terceiro anos, regularmente matriculados e frequentando com assiduidade a escola, desenvolvem atividades nas Promotorias de Justiça, atendem ao público que busca o MPE e participam das visitas técnicas e reuniões dos Conselhos Municipais de Direito. A ideia é estimular a participação social e o comprometimento dos jovens para com os problemas de sua comunidade, de maneira que eles se inscrevam em um contexto de reconhecimento do direito de intervir nas decisões políticas. Outro foco do projeto é contribuir para a valorização da escola e para o reconhecimento positivo dela enquanto poderoso agente de transformação social e para a importância do investimento na carreira acadêmica como forma de desenvolvimento pessoal, permitindo que o aluno experimente e desenvolva novas formas de sociabilidade, de modo que, ao fim de tudo, ele seja um agente de transformação social. A experiência tem caráter prático e teórico: prático no sentido de que permite ao estagiário, com base em um olhar institucional e interno, identificar as atribuições do Ministério Público Estadual no que tange aos direitos dos cidadãos legitimados pela Carta Magna e por outras legislações ordinárias; e teórico no momento em que oferece cursos de capacitação acerca das legislações referidas e dos temas relativos às atribuições ministeriais.

A recomendação da UNESCO constante no relatório da Reunião Internacional sobre a Educação para o Século XXI afirma as quatro grandes necessidades de aprendizagem do cidadão para o novo século, sendo: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver e aprender a ser. Nelas, o documento insiste que nenhuma delas deve ser negligenciada.

No Brasil, a exclusão social proveniente da lacuna não suprida pela educação, ou dela oriunda, é um fato. Três grandes questões sociais fazem com que, todos os anos, muitos jovens desistam de estudar ou deixem temporariamente a sala de aula. Diz-se, portanto, que há vulnerabilidade social – muitos estudantes enfrentam problemas como a pobreza extrema, o abuso de drogas, a exploração do trabalho infantil e a violência. A necessidade de contribuir com a renda familiar, por outro lado, faz com que muitos alunos deixem a escola, antes mesmo de concluir o Ensino Fundamental, para entrar no mundo do trabalho e, ainda, para muitas jovens e adolescentes, há gravidez prematura e não planejada, impedindo a continuidade dos estudos.

A inclusão social dos jovens é, então, a mais complexa dimensão de uma política criada para eles. São tarefas urgentes, portanto: ampliar o acesso e a permanência deles em uma escola de qualidade; capacitá-los para o mundo de trabalho; gerar emprego e renda; ampliar a cidadania e a participação social; melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais; promover direitos humanos e políticas afirmativas; ampliar o acesso deles ao esporte, ao lazer, à cultura e às tecnologias de informação; enfim, contribuir para que eles aprendam a conhecer, a fazer e a conviver.

O Brasil tem 50,5 milhões de habitantes entre 15 e 29 anos. É nessa faixa etária que se encontra a parte da população brasileira atingida pelos piores índices de evasão escolar, de desemprego, de morte violenta, de envolvimento com drogas e com a criminalidade e pela ausência de formação profissional.

O Pará, por seu turno, é um Estado com dimensões continentais marcado por profundas diferenças regionais e culturais e, por isso, mesmo sujeito a grandes desafios. Os jovens paraenses nascidos em distantes regiões do Estado são os que mais sofrem com as adversidades do espaço geográfico, como também são os mais excluídos de bens e serviços individuais e coletivos e expostos a riscos sociais maiores do que outros jovens de regiões mais privilegiadas. Eles enfrentam um desafio extremo para superar a multiplicidade de fatores de risco que existem em seus ambientes sociais e geográficos, muitas vezes inóspitos e de difícil acesso.



A exclusão social, todavia, é um processo construído socialmente e não uma condição inerente aos jovens ou às populações pobres e, assim sendo, é passível de mudanças, de alterações e de intervenções. Daí que, a execução do Projeto de Estágio para Alunos do Ensino Médio no âmbito do Ministério Público se inscreve no desejo de intervir na realidade social dos jovens para levar avante uma prática de transformação social, cumprindo uma função política maior, que implica a construção de uma ordem mais justa, em que prevaleçam os valores universais da democracia e do Estado de Direito e o respeito às diferenças e diversidades de gênero, étnicas, culturais e religiosas. Um mundo em que jovens de qualquer categoria social, econômica, religiosa ou étnica possam chamar de seu. E isso é uma

questão de justiça, de justiça social.

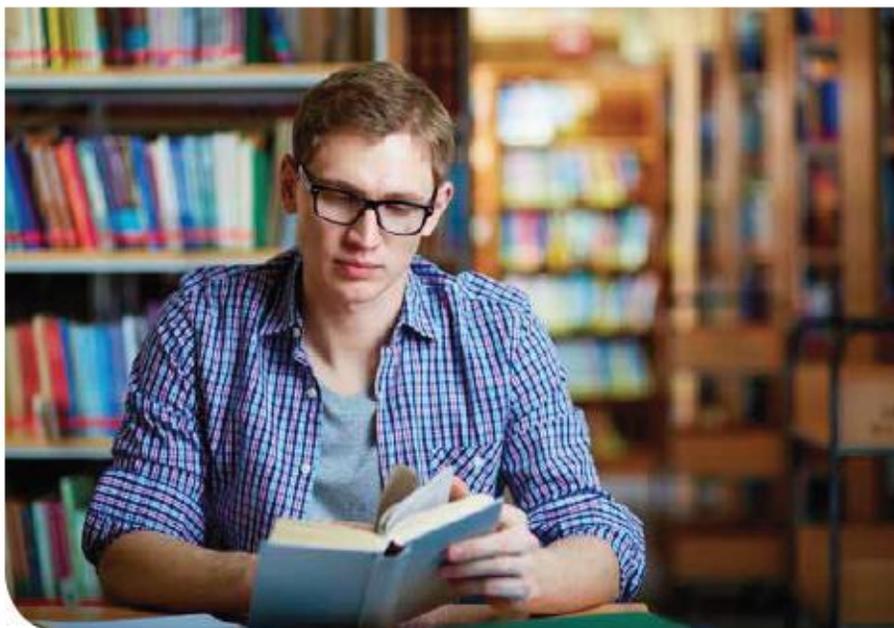
Essa iniciativa representa, portanto, um avanço na medida em que se inscreve tanto nos textos formais da juventude urbana, das cidades de grande e médio porte do Estado do Pará, quanto na proposta à formulação de ações diferenciadas dirigidas a segmentos jovens de populações ribeirinhas, de comunidades tradicionais. Isso denota um comprometimento do Ministério Público do Estado do Pará com políticas dirigidas à juventude e às diversidades dela existentes na realidade social paraense.

DESCRIÇÃO DO PROJETO

O projeto se caracteriza por possibilitar ao aluno do Ensino Médio da rede pública a oportunidade de estagiar em Promotorias de Justiça. O objetivo do estágio, entre outros, é estimular a participação social e o comprometimento dos jovens para com os problemas de sua comunidade, de maneira que eles se inscrevam em um contexto de reconhecimento do direito de interferir democraticamente nas decisões políticas, fortalecendo, dessa feita, o sentimento de pertencimento do aluno estagiário à sua comunidade, difundindo nele o desejo de atuar na promoção e defesa dos direitos de cidadania, do meio ambiente e da coisa pública, contribuindo, assim, para a consolidação do caráter democrático e do estado de direito no país.

As atividades do estágio, previstas e desenvolvidas, devem ser assumidas pela instituição de ensino como ato educativo, previstas no Projeto Político Pedagógico e na Proposta Curricular da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC).

“ Segundo a ONU, são quatro as grandes necessidades de aprendizagem do cidadão para o novo século: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver e aprender a ser; o documento insiste que nenhuma delas deve ser negligenciada.



Entre as atribuições do estudante estagiário estão atividades que possibilitam a integração e a participação social. Algumas delas são: visita e participação nas reuniões dos conselhos municipais de direito; uso das novas tecnologias; produção de textos; aperfeiçoamento do domínio do cálculo; aperfeiçoamento da oralidade; compreensão das relações do mundo do trabalho – tais como planejamento, organização e realizações de atividades que envolvam rotina administrativa, documentação institucional e rotinas afins; e, principalmente, participação em capacitações promovidas pelo Ministério Público acerca de noções de Direito Constitucional, legislação e funcionamento dos Conselhos de Direitos no que concerne à definição, à fiscalização e à efetivação das políticas públicas municipais, à democracia participativa, ao papel da sociedade civil, às políticas públicas e ao funcionamento dos Conselhos de Direito, em especial do Conselho Escolar.

Os estagiários recebem capacitações realizadas nos modos presencial e virtual, tendo como instrutores Promotores de Justiça e servidores habilitados para tanto, além de outros instrutores de instituições parceiras. Objetivando, no futuro, intervenções dos estagiários enquanto cidadãos comprometidos com a fiscalização das políticas públicas, o projeto organizou um plano de capacitação que envolve disciplinas em que o diferencial está na ênfase nos conhecimentos jurídicos para atuação frente aos conselhos de direito, particularmente, os conselhos escolares.

Em virtude das distâncias geográficas do Estado do Pará, algumas capacitações estão sendo realizadas em grupos nos municípios-sede de regiões administrativas, algumas individualizadas, e algumas por via on-line.

Para o sucesso das capacitações, o Ministério Público elaborou cartilha contendo noções jurídicas, dando

suporte teórico aos estagiários, bem como manual contendo questões que permitem ao estagiário diagnosticar os problemas de sua escola e levá-los à discussão e à resolução no âmbito do Conselho Escolar.

A carga horária do estágio é quatro horas diárias e vinte horas semanais, sem comprometer a frequência do estudante às aulas e o cumprimento dos demais compromissos escolares. A duração do estágio é de doze meses, podendo ser renovado por mais doze meses, não podendo exceder dois anos, exceto quando se tratar de estagiário com deficiência. É assegurado ao estagiário, após um período superior a doze meses de estágio, recesso de trinta dias, gozado preferencialmente durante as férias escolares.

O Projeto entrou em funcionamento em 16 de setembro de 2013, tendo sido regulamentado pela Resolução nº 016/2013-CPJ, de 11 de setembro 2013, e publicada no Diário Oficial em 16 de setembro de 2013. Até o momento há 117 estagiários vinculados às Promotorias de Justiça distribuídas nos diversos municípios paraenses.

O projeto está sendo implantado nos 144 municípios do Estado do Pará, em 180 Promotorias de Justiça instaladas, abrangendo as Promotorias de Justiça da capital e do interior do Estado, em especial, nos municípios onde não existem Instituições de Ensino Superior. Será destinada, também, bolsa financeira e vale-transporte ao estagiário do Ensino Médio.

Estão envolvidos na execução do projeto a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Pará, as Promotorias de Justiça, o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, o Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e a Diretoria de Recursos Humanos (DRH). Partici-

pam também a Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC) e as Escolas Estaduais de Ensino Médio.

O Projeto está de acordo com o macrodesafio do Planejamento Estratégico Nacional dos Ministérios Públicos de retorno para a sociedade das ações dos Ministérios Públicos – que é de transformação social, bem como em relação aos objetivos estratégicos no quesito resultados institucionais quanto a contribuir para o aperfeiçoamento do regime democrático; assegurar o respeito aos direitos da criança e do adolescente; promover a igualdade, a inclusão social e assegurar o respeito às comunidades tradicionais.

“ O Brasil tem 50,5 milhões de habitantes entre 15 e 29 anos. É nessa faixa etária que se encontra a parte da população brasileira atingida pelos piores índices de evasão escolar, de desemprego, de morte violenta, de envolvimento com drogas e com a criminalidade e pela ausência de formação profissional.

RESULTADOS

Diversos fatores estão concorrendo para o sucesso dessa prática, entre eles a motivação dos estudantes selecionados para a sua execução. Os municípios do interior do Estado do Pará oferecem poucas ou nenhuma oportunidade de profissionalização aos estudantes do Ensino Médio, particularmente nas instituições públicas.

Por outro lado, a oferta de bolsa no valor de R\$321,00 mais o acréscimo de R\$105,60 como auxílio-transporte permite ao estudante, por vezes, até mesmo contribuir para a economia doméstica, particularmente em um estado que possui dez municípios entre os cem com menor renda per capita do país.

Por outro lado, o projeto avança em questões fundamentais relativas à inclusão do jovem, especialmente no Estado do Pará, haja vista seus grandes desafios: o primeiro, o da participação social, pois esse é um dos fatores que sustentam uma sociedade democrática, outro fator de sustentação é o do controle dos processos de uso daquilo que é de todos, do interesse e do bem público, daí a importância de ajudar a desenvolver no jovem o desejo de participação social.

Dessa feita, o projeto propicia ao jovem estudante o desenvolvimento do protagonismo juvenil, traduzido pela participação dele na vida comunitária, por envolvimento com problemas reais de seu município, fazendo com que mediante o contato com os diversos conselhos municipais de direito, o aluno saia de uma visão individual, particularizada da vida, para uma visão social dos problemas pelo envolvimento com questões comuns a todos. Ao frequentar as reuniões dos conselhos municipais de direito, o aluno aprende que a sociedade civil pode intervir na realidade social elegendo políticas públicas adequadas, acompanhando o orçamento e os investimentos nela realizados.

Outro resultado positivo é o da valorização da escola e dos estudos como meio de transformação pessoal e social, pois em municípios em que a renda per capita é baixa, ou nas localidades em que é dado pouco valor à escolaridade dos jovens em virtude da



necessidade deles contribuírem para com a renda familiar, fazendo com que muitos alunos deixem a escola antes mesmo de concluírem o ensino fundamental, quando os familiares observam ter sido o fato de o filho ter se destacado nos estudos que permitiu ser selecionado para participar do Projeto e que a bolsa estágio auferida é igual ou muitas vezes maior que a dos pais, nota-se uma valorização da escola a partir de então, como possibilidade de transformação social.

Muito importante também é a transformação do ambiente escolar pela possibilidade de intervenção do estagiário nos Conselhos Escolares, empoderado pelo novo olhar adquirido com a experiência prática e teórica que o capacita para o acompanhamento e fiscalização dos investimentos públicos realizados nas escolas da comunidade que está inserido.

Algumas dificuldades, todavia, estão sendo encontradas na execução do projeto. Entre elas está o espaço físico, muitas vezes inadequado nas Promotorias de Justiça mais longínquas, onde o Ministério Público funciona em pequenas salas nos prédios do Poder Judiciário – Fórum –, não dispondo de sede própria. Outra dificuldade é o baixo índice de aproveitamento escolar em determinados municípios em que os alunos não atingem a média sete exigida como requisito para inclusão no cadastro de estagiários.

“ A expectativa do projeto é contribuir para a formação de espírito crítico quanto ao acompanhamento e à fiscalização das políticas públicas, transformando-o em agente multiplicador.

CONCLUSÃO

Ao longo do tempo, espera-se com este trabalho contribuir para a formação de espírito crítico no estagiário quanto ao acompanhamento e fiscalização das políticas públicas, transformando-o em agente multiplicador social, assim como promover a inclusão social, particularmente das comunidades tradicionais e das ribeirinhas, por meio de uma educação de qualidade e da valorização da escola e da escolarização como poderoso agente de transformação da realidade social. E, por fim, o aperfeiçoamento do regime democrático pela participação social, pelo comprometimento dos jovens para com os problemas de sua comunidade e pelo controle social acerca dos investimentos públicos na educação, face ao empoderamento do estagiário ante os mecanismos jurídicos disponíveis.

1 Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará.

2 Promotora de Justiça. Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado do Pará.